

MACHADO DE ASSIS E A ELOQUÊNCIA OITOCENTISTA: ASCENSÃO E DECLÍNIO DO “IMPÉRIO RETÓRICO”

Felipe Lima da Silva¹

Resumo: Este artigo se propõe a refletir acerca da reciclagem e dos deslocamentos referentes ao “império retórico” em dois contos de Machado de Assis. Em termos mais precisos, buscaremos tratar dos vestígios da retórica no terreno das letras do século XIX, considerando aquilo que ficou e aquilo que, sob as lentes românticas, foi inteiramente desprestigiado. Para ilustrar nossa investigação, tomaremos como ponto de partida alguns contos daquele que sutilmente foi um dos grandes críticos do que se convencionou chamar de uma eloquência pedante, porém, que, argutamente, soube trabalhá-la dentro dos seus próprios textos ficcionais e críticos. Para chegar aos contos machadianos, faz-se necessário estabelecer um panorama que nos permita enxergar a questão de maneira mais cristalina, o que nos exigirá traçar um percurso, ainda que breve, pelos estudos de alguns dos eminentes críticos que se inquietaram com semelhante matéria.

Palavras-chave: Retórica, Romantismo, Machado de Assis.

De fato, não faltou quem assumisse um partido igualmente contrário e, tendo atacado e escarnecido em muito a antiguidade, antepusesse a eloquência de nossos tempos aos talentos antigos.

Tácito, Diálogo dos oradores.

Introdução

Investigando de perto o papel da eloquência em uma sociedade, Marco Túlio Cícero, eminente filósofo e orador romano, chegou a se perguntar muitas vezes se a facilidade do desempenho com a palavra e o excessivo estudo da eloquência haveria causado mais males do que bens aos homens e às cidades. A conclusão que alcançou demonstra que, no âmbito da sociedade romana, a preponderante recorrência aos meios eloquentes do discurso fez-se fundamental para o homem da *res publica*, uma vez que é pela expressão eloquente que se sociabilizam os saberes, difunde-se a defesa das causas,

¹ Doutorando em Literatura Brasileira no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

projetam-se notáveis impressões, mobilizam-se e se controlam os afetos e as opiniões públicas de uma grande massa de pessoas, ou mesmo, de um pequeno grupo que venha a constituir a elite de uma sociedade.

Em um dos seus mais importantes tratados dedicados à arte do bem dizer – como assim definirá a eloquência, alguns séculos à frente, Quintiliano –, Cícero expõe suas largas reflexões acerca do panorama social que o levou a concluir que “a sabedoria sem eloquência é pouco útil para os estados, mas a eloquência sem sabedoria é quase sempre prejudicial e nunca resulta em utilidade” (*La invención retórica*, p. 1).

Embora o abismo histórico separe essas sociedades e suas práticas, é importante considerar as observações precedentes como impulso para pensar as letras brasileiras do século XIX e sua áspera relação com a retórica, que, para vários preceptistas e letrados, – muitos séculos antes da independência do Brasil – representava a disciplina mestra entre todas as outras.

Por parecer mais rentável e ilustrativo, este artigo pretende refletir sobre as figurações do império retórico em dois contos emblemáticos da obra de Machado de Assis, a saber: “Teoria do Medalhão” e “A igreja do Diabo”. Procuraremos delinear, em traços fortes, a configuração do discurso machadiano sobre essa disciplina que assume o estatuto de puro ornamento, chegando mesmo a ser reduzida – sob as lentes do romantismo – a mero compêndio de figuras de linguagem, ou ainda, a uma espécie de invólucro externo da subjetividade, que está presente no discurso, porém que é necessário retirar. Não se pode esquecer, contudo, que esse revestimento oratório constituía, de alguma forma, uma “fonte subterrânea” do período romântico (cf. MARTINS, 2005, p. 3).

1. O estado da questão: os destroços da retórica

Em linhas gerais, tomemos como ponto de partida os contos de Machado de Assis para lançar luz sobre o estado ao qual a retórica foi legada, demarcando, na medida do possível, como os referidos textos que utilizam de uma linguagem, por vezes laboriosa e eloquente, quase causando o efeito de persuasão sobre o leitor, especialmente no conto “Teoria do Medalhão”, são autênticas críticas ou textos paródicos que colocam a arte dos oradores em um espaço de confinamento, ao mesmo tempo que a ela atrelam o caráter de agravamento e picardia. Esse movimento de recusa

do instrumental retórico, porém, não foi exclusivo da literatura brasileira. Marc Fumaroli, ao redigir o prefácio de uma de suas importantes obras sobre a retórica europeia entre 1450 e 1950, sensibiliza-se pela falta de estudos sobre os séculos XIX e XX (FUMAROLI, 1999, p. 15).

Antes de prosseguir o percurso que aqui se propõe, cabe um esclarecimento inicial acerca da proposta deste artigo: não pretendo discutir aqui o *lugar* de Machado de Assis na historiografia literária brasileira, tema sobre o qual muito se escreveu ou vem sendo escrito. Assim, ao mencionar as críticas românticas às instituições retóricas, não estarei determinando que o supracitado escritor brasileiro seja um autêntico romântico. Antes, penso que, como homem de seu tempo, tais concepções estavam presentes em sua obra. E mais: considerando a poderosa rejeição a esses tratados de regras do discurso, é quase natural aos homens da época, se não aderirem às ideias rejeicionistas, ao menos se posicionarem diante das hegemônicas concepções de desaprovação. Sabemos que Machado de Assis em nenhuma circunstância foi alheio ao seu tempo. A questão do papel da retórica não passou despercebida nos grandes debates das teorias românticas, por vezes, reduzida a restos desfigurados.

Importa destacar também que a depreciação da retórica remonta a muitos teóricos de sua “época de ouro”. Já em Platão, temos críticas de fogo à técnica, assim como encontraremos em Montaigne e Bacon críticas rejeicionistas bem estabelecidas. É, contudo, a partir do romantismo que sua presença se retrai de modo drástico. Consoante os esclarecimentos de Roberto Acízelo de Souza (1999, p. 10), a retórica foi “perdendo posição no sistema de ensino e sendo expulsa da literatura com o triunfo das ideias românticas de expressão e subjetividade”.

Alinhemos, para esse panorama, as palavras de Peter Dixon, segundo as quais tal retraimento simbolizaria “que a retórica refluíu de uma vez por todas aos domínios originais ou a seus equivalentes modernos: o púlpito e os tribunais, a tribuna política e o salão de conferências” (1971, p. 70). A aversão à retórica e à poética, que o romantismo e o nacionalismo demonstravam, foi a espinha dorsal da motivação dos escritores que, cada vez mais, buscavam por novas formas que exprimissem o espírito criador em sua plenitude, possibilitando a expansão livre do gênio.

Assim, no século XIX, os românticos franceses, especialmente, formados na leitura dos tratados retóricos de Dumarsais e Fontanier, que classificam tropos e figuras

de linguagem como artifícios de estilo, viram na unidade idealista que inventavam, a “Retórica”, o fantasma da racionalidade normativa dos gêneros que exorcizavam como não natural, reiterando contra ela as críticas de Kant. No século XX, por sua vez, o ponto de alcance do “olhar torto” para as instituições retóricas será ainda maior, fazendo com que toda a elocução seja reduzida a dois tropos especificamente: a metáfora e a metonímia, na linguística estrutural de Jakobson e na psicanálise de Lacan.

Detenhamo-nos aqui – junto com Heinrich Lausberg – para observar que o termo “retórica” concentra duas forças semânticas significativas e diametralmente opostas. Em sentido amplo, denota a destreza de produzir discursos convincentes, capacidade que se orienta mais pela prática e pelo exemplo do que pelo mero estudo de técnicas engessadas. Nessa esteira, não haveria qualquer impropriedade de base que impedisse de mencionar uma “retórica do romantismo”, como fazem críticos que buscam discriminar os procedimentos estilísticos empregados em um texto. Por outro lado, *stricto sensu*, o termo “retórica”, sob o prisma de Lausberg (1982, p. 75), pode designar também “um sistema mais ou menos bem elaborado de formas de pensamento e de linguagem, as quais podem servir à finalidade de quem discursa para obter, em determinada situação, o efeito que pretende”.

As razões anteriores nos levam a compreender a extensão desse campo devastado, no qual se encontravam os destroços da retórica e, em parte, da poética. É claro que esta última ainda recebeu maior atenção do que aquela, uma vez que era “útil enquanto valesse a compartimentação dos gêneros e enquanto a arte, não o artista, fosse o termo superior” (CANDIDO, 2012, p. 658). Em contrapartida, à retórica praticamente nada restou além do rótulo irônico de “festa da linguagem” – conforme acentuou Tzvetan Todorov (2014, p. 109). Posta ao lado da prosa de ficção, a retórica teve, quase de todo, as suas prescrições, que pressupunham a eloquência como elemento orientador do gosto, neutralizadas (cf. CANDIDO, 2012, p. 658).

Ainda na esteira de Antônio Candido (2012, p. 659), é importante destacar a sinalização feita pelo crítico acerca da permanência da retórica e da poética no terreno das letras românticas. Como vimos, é indiscutível a ocorrência do retraimento dessas disciplinas, porém, é difícil assimilar, em um primeiro momento, como haveria se dado a coexistência de uma mentalidade que preconizava a liberdade de criação com um ensino que ainda disseminava os conhecimentos dessas disciplinas, as quais assumiam

“posição privilegiada no sistema [...] se constituindo um dos principais pilares da formação intelectual da geração romântica” (MARTINS, 2005, p. 5).

Concordemos que, de modo geral, essas artes do discurso ficaram alheias ao projeto nacionalista do romantismo brasileiro; contudo, é, no mínimo, problemático deixar passar o fato de que os poetas e romancistas da época teriam sido educados sob a égide de tais conhecimentos. Roberto Acízelo de Souza organiza esse quadro para nós, simplificando-o, na medida do possível, em duas correntes:

No século XIX, entretanto, como já se observou, era claro o reconhecimento recíproco das duas vertentes. [...] O historicismo explicitou posição contra a perspectiva retórico-poética, acrescentando agora que esta fez algumas concessões àquele, configurando-se desse modo uma corrente hegemônica [histórico-nacionalista] e outra minoritária [retórico-poética] (SOUZA, 1999, p. 29).

Tomando ao pé da letra o caráter preeminente da corrente histórico-nacionalista, pode-se concluir que tudo que estava relacionado à retórica e à poética, ficou entregue a espíritos secundários. Em outros termos, essas disciplinas restringiram-se, especificamente, aos “professores despidos de gosto e senso da literatura”, a “algum talento [que] se arriscava nas malhas ossificadas” (CANDIDO, 2012, p. 659).

Retomando, agora, as ponderações de Cícero mencionadas no início destas linhas, é possível depreender de suas palavras que a eloquência só tem efeito positivo se tiver utilidade em uma sociedade, isto é, ela necessita operar como uma ferramenta pragmática. Nas letras românticas, a ordem do dia é estritamente a criação pela liberdade do espírito. Todos os manuais e prescrições perdem seu valor, pois não têm utilidade, decaindo no que tange ao prestígio social e se restringindo a um compêndio de frases feitas que favoreça o emissor daquele discurso quando este quiser se exhibir declaradamente diante de outras pessoas. Alia-se a isso o dado, já indicado por Marc Fumaroli (2009, p. 30), de que todos os pressupostos que garantem o alto valor da eloquência estão interligados à predominância da oralidade em uma sociedade. O século XIX é uma época preponderantemente vinculada ao texto impresso – razão esta que se relaciona ao fato de ser nesta época que a noção de literatura, como a entendemos hoje, tenha se oficializado –, não necessitando de um orador eloquente que sirva de intermediário às causas públicas.

Pode-se pensar, a contrapelo disso, que o caráter pragmático da eloquência não desaparece, ele é apenas desfocado e reduzido, passando a atuar em âmbitos restritos, como assinalou Peter Dixon (1971) e, igualmente, Gérard Genette (1975) em seu ensaio “A retórica restrita”, no qual alude a alguns momentos históricos de redução das técnicas da invenção, da disposição, da memória e da ação da instituição retórica na elocução. Nesse prisma, a sagacidade do homem eloquente é não mostrar uma linguagem retoricamente afetada em terras que exigem a liberdade de espírito e a espontaneidade no discurso.

É possível, entretanto, ir mais além e dizer que a terceira finalidade do universo pragmático da retórica mantém-se em execução nas letras nacionais do Oitocentos brasileiro. Trata-se do *delectare* – o esforço de agradar através do discurso. A “arte de bem dizer” passa a ser um terreno desvalorizado, do qual o belo e o deleite do discurso serão as maiores demandas. Sobre essas demandas, Todorov afirma que:

Farão da retórica um conhecimento da linguagem pela linguagem, da linguagem que se apresenta como espetáculo, deixando-se saborear por si mesma, fora dos serviços ofensivos a que a relegavam. Transformarão a retórica em festa, a festa da linguagem (TODOROV, 2014, p. 95).

À guisa de outro exemplo, ponderemos com Luiz Costa Lima sobre a primazia da prescrição retórica do deleite (*delectare*) nas letras nacionais, que devia ser mantida a fim de assegurar o próprio público leitor. Diz ele:

Quando o tema não favorece tal *relaxamento*, o escritor há de se *esforçar* em não cansar seu leitor, pois doutro modo as revistas e jornais da família, consumidas pelo público feminino e pelos jovens ainda não iniciados, não se interessariam por suas crônicas e folhetins (LIMA, 1981, p. 7; grifos nossos).

É notório que manter o leitor interessado naquilo sobre o que se escreve é uma tarefa que deveria produzir grande preocupação e exigir muita dedicação dos escritores da época. As peripécias de Peri, os capítulos repentinamente interrompidos dos romances românticos, todos sinalizariam uma demanda retórica de manter a atenção do leitor e do ouvinte? A questão é que o mesmo procedimento aparece funcionando nas grandes defesas forenses em Roma e nos sermões eclesiásticos do império católico luso-

brasileiro – como os do Padre Antônio Vieira, por exemplo – admitindo uma formulação retórica cuja finalidade seja capturar a atenção dos ouvintes.

Conforme aludimos acima, ainda que permanecesse na qualidade de meio que promove o exibicionismo próprio, a retórica, embora sob a égide da depreciação, esteve presente na sociedade oitocentista como herança legada pelo ensino jesuítico. Aliás, “a tradição clássica é um dado vital desse processo de formação” (AUGUSTO, 2010, p. 316).

A propósito de uma característica da época, articulemos o valor de “cultura auditiva”, consoante mencionou Luiz Costa Lima (1981, p. 15), à sociedade oitocentista. Nesse sentido, significa dizer que é uma cultura de persuasão, na qual imperam os propósitos de um convencimento sedutor. Em outros termos, busca-se persuadir o outro através de um discurso que provoque um *impacto* sobre o receptor, resultando em sua submissão ante ao emissor. Em sua versão romântico-moderna, eis como caracteriza esse discurso o autor citado:

O estilo auditivo é sedutor, não por horrorizar [como era o caso dos discursos eclesiásticos que promoviam o medo nas descrições do Inferno], por inspirar gestos de pesado arrependimento, que levavam a ser imediatamente engrossadas as filas dos confessionários, mas por seu tom acariciante, de conversa à beira da rede ou ao pé do fogo, de conversa despreocupada (LIMA, 1981, p. 17).

Antes, porém, de adentrarmos nas linhas de força dos contos machadianos, digno de nota se afigura mais uma avaliação crítica sobre a retórica feita pelos românticos. Aludo ao parecer de Victor Hugo, no prefácio de *Cromwell*, de 1827, no qual este aceita a hipótese viquiana das três idades, demonstrando precisamente a sua preferência pela terceira, assinalada pela afirmação do Cristianismo, com base na postulação de que este “conduz a poesia à verdade”, requerendo que o poeta não peça conselho senão “à natureza, à verdade e à inspiração, que é também uma verdade e uma natureza” (HUGO, 2011, p. 373).

À luz dessas concepções, pode-se concluir que a retórica seria um travamento, um atraso, quase um resíduo do *Ancien Régime* indesejado, que estorva o liberalismo das letras preconizado pela estética romântica. Como corolário desse raciocínio, utilizemos as lentes de Renato Barilli para enxergar, mais de perto, outra breve

sondagem da permanência nada harmônica da retórica no amplo terreno das letras romântico-modernas:

Reproduz-se, em toda a idade romântica, uma situação semelhante à da segunda metade do século XVII e da primeira do século XVIII: condenam-se os excessos da retórica, sobretudo se esta pretende ser estrutural, impor regras; mas admitem-se-lhe tacitamente os bons ofícios, desde que controlados pelo senso comum: a retórica sobrevive, tem até uma longa vida como dicção poética, tanto mais tenaz quanto menos submetida a investigação (BARILLI, 1979, p. 129).

2. Machado de Assis e as encenações da retórica

Em certa medida, a presença de elementos do universo da arte retórica em importantes obras de autores do século XIX já foi rastreada pelos esforços intelectuais de eminentes críticos. Dentre alguns, destaca-se Ivan Teixeira que teria assinalado, nas primeiras páginas da análise que fez das características dos personagens d’*O Alienista*, certa pretensão de Machado de Assis de “evidenciar a importância do estudo e da dimensão técnica em sua arte” (TEIXEIRA, 2010, p. 71). Semelhantemente, Eduardo Vieira Martins faz um mapeamento de grande rigor na obra crítica e ficcional de José de Alencar, chegando a esta conclusão:

A ideia da existência de uma base neoclássica subjacente à teorização literária oitocentista [...], ainda que abra brechas na imagem do romantismo como ruptura com as poéticas que o precederam, não é nova e nem se restringe à situação particular de Alencar ou mesmo dos escritores do período (MARTINS, 2005, p. 257).

Nesse caso, podemos assimilar as instituições retóricas como um *topos* recorrente do século XIX. Assim, é possível destacar que muitas instâncias da obra machadiana reservam uma considerável parcela de sua extensão aos procedimentos caros à técnica dos discursos, podendo ser “reavaliadas à luz do cruzamento de textos com preocupações extraídas da arte retórica” (ROCHA, 2013, p. 158), ainda que frequentemente possamos entrever nisso o uso da pena da galhofa, que utiliza as tintas eloquentes para desmoralizar a própria paleta de matizes da qual lança mão.

Aceitar a concepção da leitura da obra machadiana pela clave de alguns pressupostos retóricos pode exigir um esforço de compreensão de algumas razões que

levam o escritor a utilizar os meios, mas desprezar, através de seus personagens e narradores, o instrumento. João Cezar de Castro Rocha pontua categoricamente a reincidência da *aemulatio* de importantes autores da tradição clássica na prosa machadiana. Essa emulação, por sua vez, é realizada com o propósito de rebaixamento do instrumental, como se pode constatar em um trecho da obra *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, quando o narrador lança mão de um expediente que combina dois autores fundamentais no universo latino da emulação:

E não tinha outra filosofia. Nem eu. Não digo que a Universidade não tivesse me ensinado alguma; mas eu decorei-lhe só as fórmulas, o vocabulário, o esqueleto. Tratei-a como tratei o latim: embolsei três versos de Virgílio, dois de Horácio, uma dúzia de locuções morais e políticas, para as despesas da conversação (ASSIS, 1986, p. 545, I).

Essa passagem nos serve como senha de entrada para o conto “Teoria do Medalhão”, possibilitando-nos entrelaçar alguns fios que aqui nos interessam. A perspectiva que enxerga na retórica um conjunto de fórmulas a serem decoradas é o retrato mais ordinariamente pintado na época de Machado de Assis. Disto resulta que o desempenho de compreensão analítica da produção da época veja-se substituído por gestos de rejeição liminar, expressos em fórmulas genéricas como “linguagem pomposa”, “tom declamatório”, “dicção empolada”, “estilo palavroso”, “grandiloquência” (SOUZA, 1999, p. 90). É sob essas denominações que Machado de Assis emprega sua tentativa de desnaturalização das práticas retóricas, rejeitando-as explicitamente, denunciando, diferentemente de épocas anteriores da história literária, o efeito de afetação dessas práticas.

Em “Teoria do Medalhão”, a primeira lição do pai dada ao filho passa pelo repertório de linguagem que este deve demonstrar perante o vulgo. Nas palavras do homem que não teve a mesma conversa quando jovem, o filho aprende que a leitura de compêndios de retórica e a audição de certos discursos funcionam como meios certos “com que o vulgo, cujo faro é extremamente delicado, distingue o medalhão completo do medalhão incompleto” (ASSIS, 2010, p. 24).

Alcides Villaça chega a postular que “a linguagem do medalhão nada quer e nada pode propriamente revelar: *desliza* na superfície dos efeitos retóricos, aqueles que o vulgo admira e aplaude, e ratifica o gosto pelo discurso aparatoso e acaciano” (2008,

p. 40; grifos meus). É interessante o verbo “deslizar” utilizado pelo crítico, facultando a compreensão de que o discurso do medalhão discorre, sem qualquer obstáculo, sobre a superfície aparentemente plana da retórica. Recordemos com João Adolfo Hansen (cf. 2013, p. 11) que o próprio termo grego *rhetoriké*, que contém a raiz indo-europeia *-r-*, supõe a noção geral de movimento, como se pode ler também em *rheo*, “escorro”, e em termos latinos e portugueses, como *currere* “correr”, e que, por último, também será encontrado em *discurrere*, “discorrer”, e *discursus*, o decorrido do que foi discorrido.

Tomando por notas importantes essas considerações, o termo utilizado por Alcides Villaça não só é justificável, mas condensa a concepção de deleite que está pressuposta no discurso eloquente. Ora, a fala do medalhão desliza porque é eloquente, é eloquente porque é bem ornada, se é bem ornada agrada, e se agrada e mantém o interesse das pessoas em torno daquele emissor, então, deve ser aprendida por Janjão. A justificativa é arrebatadora: a vida “é uma enorme loteria; os prêmios são poucos, os malogrados inúmeros” (ASSIS, 2010, p. 22).

Outro exemplo patente de rebaixamento das práticas retóricas para o estado de meros enfeites da fala dos homens ilustres encontra-se quando o pai prescreve para o filho que este esteja sempre rodeado por pessoas, tendo cautela com a ornamentação do discurso, porém, por vezes, empregando “umas quantas figuras expressivas, a hidra de Lerna, por exemplo, a cabeça de Medusa, o tonel das Danaides, as asas de Ícaro, e outras que românticos, clássicos e realistas empregam sem dosar, quando precisam delas” (ASSIS, 2010, p. 25).

O prestígio público é o que move o medalhão, que deve estudar os comportamentos sociais previamente, reconhecendo quais dos predicados têm consistência para realçar sua notoriedade. Assim sendo, “o medalhão empresta seu corpo à ideologia, que lhe retribui a solidez, centralizando-o como figura de ‘peso’” (VILLAÇA, 2008, p. 42). Essa exterioridade pública vem revestida ainda pelo discurso ornado que prevê como regra fundamental, na lógica do mestre-pai, recusar as novidades e preservar os costumes. Nesse sentido, quando fala do discurso alheio adverte: “Alguns costumam renovar o sabor de uma citação intercalando-a numa frase nova, original e bela, mas não te aconselho esse artifício; seria *desnaturar-lhe* as graças vetustas” (ASSIS, 2010, p. 25; grifos meus).

Desnaturalizar o discurso ornado, o palavrório que *desliza*, é desprestigiado segundo a racionalidade do pai de Janjão. A esse respeito, caberia, na ampla e árdua formação do medalhão, reter as “frases feitas, as locuções convencionais, as fórmulas consagradas pelos anos, incrustadas na memória individual e pública”, pois essas fórmulas “têm a vantagem de não obrigar os outros a um esforço inútil” (ASSIS, 2010, p. 26). O trabalho de decifração não é em vão, pois essas “fórmulas” talvez figurem, na mentalidade moderna da época, como códigos previsíveis que não representariam nem de perto aquela proposição de Buffon *le style c’est l’homme* e, menos ainda, a de Voltaire – *le style c’est la chose* (cf. BARILLI, 1979, p. 131).

Mais uma interessante observação acerca da posição da retórica no conto machadiano aqui em questão, é a relevância do adjetivo em detrimento do substantivo. É nesse ponto que vemos o narrador falar que quando o filho atingir o auge da profissão poderá parar de “farejar ocasiões, comissões, irmandades; elas virão ter contigo, com o seu ar pesadão e cru de substantivos desajeitados” (ASSIS, 2010, p. 29). É neste momento que o pêndulo da analogia está no exato meio termo dos extremos, mostrando a metáfora bem lapidada que Machado acabara de criar. Em poucas palavras, as pessoas que figurariam o substantivo escasso de ornamento iriam buscar, frequentemente, o medalhão que refletiria, por sua vez, o estatuto de adjetivo, complemento precioso para dar valor qualificativo ao desnudado substantivo que sozinho não simboliza nada além de uma simples existência, sem qualquer relevo. O que o medalhão seria ele explica:

O adjetivo dessas orações opacas, o *odorífero* das flores, o *anilado* dos céus, o *prestimoso* dos cidadãos, o *noticioso* e *suculento* dos relatórios. E ser isso é o principal, porque o adjetivo é a alma do idioma, a sua porção idealista e metafísica. O substantivo é a realidade nua e crua, é o naturalismo do vocabulário (ASSIS, 2010, p. 29).

Curioso é o próprio relevo que dá Machado de Assis à escrita do conto, demonstrando a marca da “grandiloquência” que, evidentemente, o próprio escritor dominava com maestria. A habilidade na escrita é tão marcante que, intrigantemente, no segundo conto que aqui nos propomos observar, “A Igreja do Diabo”, o termo “retórico”, ainda nesta consideração sobre as categorias gramaticais, aparece por vezes como um adjetivo associado ao Diabo. Vejamos um exemplo localizado na passagem em que o Diabo conta para Deus que decidiu fundar sua própria Igreja, pois notou que

muitos seres humanos que se cobriam com mantos de veludo, viciosamente, tinham suas franjas de algodão para serem puxadas. Leiamos:

- Só agora concluí uma observação, começada desde alguns séculos, e é que as virtudes, filhas do céu, são em grande número comparáveis a rainhas, cujo manto de veludo rematasse em franjas de algodão. Ora, eu proponho-me a puxá-las por essa franja, e trazê-las todas para a minha igreja; atrás delas virão as de seda pura...
- Velho retórico! Murmurou Senhor (ASSIS, 2010, p. 201).

É importante que notemos o fato de que, neste conto, o adjetivo, o ornamento, o termo “retórico”, não qualifica, isto é, o conto denota uma estima negativa construída como depreciação à retórica. Aqui, é explicitamente exposto o binômio Deus/Diabo que se ampara nas postulações do medievo cristão, que enquadra tudo na lógica binária e maniqueísta resumida em “bem” e “mal”. Nesse sentido, tudo que está associado ao Diabo figura como digno de repúdio, inclusive a retórica, arte antiquada que apenas favorece uma “linguagem opulenta” sem qualquer valor de *originalidade* e de *sinceridade*. Esses valores figuram como a categoria básica para o homem das letras romântico-modernas, cujo paladar, obviamente, encanta-se pela típica delícia burguesa, na qual o creme interior conta mais que o faustoso adorno da cobertura.

Acentuando a crítica ao discurso demoníaco, o narrador, sub-repticiamente, critica com palavras de fogo a retórica, através de um episódio no qual anuncia que, diante da fala do Diabo, os serafins – que significam na tradição teológica das Ordens e Hierarquias celestes o grau máximo, ao lado dos Querubins, representando as duas classes mais próximas de Deus e, por conseguinte, mais próximas da benevolência divina, bem como de seus atributos imanentes – “agitaram as asas pesadas de fastio e sono” (ASSIS, 2010, p. 202). De outro modo, pode-se concluir que nem os anjos mais próximos da boa vontade e da paciência de Deus toleram a eloquência satânica, enfadonha e repugnante.

Outra figuração do declínio da retórica está no modo como os nomes das virtudes são trocados pelo Diabo quando funda sua Igreja, permitindo o entendimento de que a eloquência teria a capacidade de produzir esse encobrimento do real sentido das palavras, possibilitando que vícios se tornem virtudes:

Clamava ele que as virtudes aceitas deviam ser substituídas por outras, que eram as naturais e legítimas. A soberba, a luxúria, a preguiça foram reabilitadas, e assim também a avareza, que *declarou não ser mais do que a mãe da economia*, com a diferença de que a mãe era robusta, e a filha uma esgalgada (ASSIS, 2010, p. 203-4).

É Alexandre Leupin quem esclarece que, desde a Idade Média, a imagem do Diabo é associada aos artistas que pensavam em se tornar criadores acima do próprio Deus. Segundo o crítico, “Lúcifer encontrara refúgio, não somente nas crenças populares, mas também e, sobretudo, na arte e na literatura” (LEUPIN, 1993, p. 17). O escritor ou inventor que tenta, a todo o momento, ser criador, afrontando o Criador, é muitas vezes visto sob a ótica do diabólico. Em linhas gerais, a retórica, quando ligada à imagem do Diabo, recebe os mesmos atributos negativos dele, figurando a arte do mal, manipulada por aquele que, dentro da tradição católica ocidental, representa o próprio mal encarnado.

Considerações finais

Dado o escopo deste trabalho é preciso começar a tecer algumas considerações finais. Sem qualquer pretensão de atar cerradamente os fios desta discussão, propomos pensar, por meio do caminho percorrido, que a imagem desfigurada da retórica favoreceu a tessitura de muitas redes ficcionais na historiografia literária brasileira. Embora as impressões aqui traçadas a respeito das figurações do declínio do “império retórico”, na época de Machado de Assis, refiram-se a essa disciplina de maneira hostil, não se pode esquecer que a retórica foi frequentada presumivelmente por todos os nossos autores oitocentistas no decorrer de suas formações (cf. SOUZA, 1999, p. 86), o que nos explica o interesse por tematizá-la e fazer dela “o próprio ambiente em que se desenvolvem os processos educativo e social” (SOUZA, 1999, p. 89).

Para concluir, recorramos, pela última vez, às palavras de Cícero, nas linhas iniciais deste texto, para postular que uma das maiores razões do desprestígio da eloquência estaria no fato de que ela não seria mais associada a uma fonte genuinamente utilitária de saber para a sociedade do século XIX. Dado que o olhar da interpretação organicística ainda tenta classificar as técnicas e os procedimentos não pelo que realmente representam, isto é, fórmulas autênticas do fazer da arte, mas como “falta de

SILVA, Felipe Lima da. Machado de Assis e a eloquência oitocentista: ascensão e declínio do “império retórico”.

naturalidade” ou “falta de sinceridade”, é perceber que, consciente dessa situação, Machado de Assis ajusta à sua obra, mesmo que pelo uso da pena da galhofa, o tema da retórica aos procedimentos da arte. A exemplo, demonstra – em algumas de suas prosas ficcionais, como *Memórias póstumas e Dom Casmurro*, só para não me estender – a poderosa arma que a eloquência é capaz de representar e produzir.

Referências

ASSIS, Machado de. Teoria do Medalhão. In: _____. *Melhores contos*. Seleção de Domício Proença Filho. São Paulo: Global, 2010, p. 21-30.

ASSIS, Machado de. A igreja do Diabo. In: _____. *Melhores contos*. Seleção de Domício Proença Filho. São Paulo: Global, 2010, p. 199-207.

ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986, 3 vol.

AUGUSTO, Maria das Graças de Moraes. A tradição da retórica clássica no Brasil. In: ASSUNÇÃO, Teodoro Rennó; FLORES-JÚNIOR, Olimar; MARTINHO, Marcos (Orgs.). *Ensaio de retórica antiga*. Belo Horizonte: Tessitura, 2010, p. 313-350.

BALLIRI, Renato. *Retórica*. Lisboa: Presença, 1979.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos (1750-1880)*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2012.

CÍCERON. *La invención retórica*. Introducción, traducción y notas de Salvador Núñez. Madrid: Editorial Gredos, 1997.

DIXON, Peter. *Rhetoric*. London: Methuen, 1971.

FUMAROLI, Marc. *Historie de La rhétorique dans l'Europe moderne (1450-1950)*. Paris: PUF, 1999.

FUMAROLI, Marc. *L'Age de l'éloquence. Rhétorique et “res literária” de la renaissance au seuil de l'époque classique*. Genebra: Droz, 2009.

GENETTE, Gérard. A retórica restrita. In: COHEN, Jean et ali. *Pesquisas de retórica*. Petrópolis: Vozes, 1975.

HANSEN, João Adolfo. Instituição retórica, técnica retórica, discurso. In: *Matraga*, n. 33, jul/dez., p. 11-46, 2013.

SILVA, Felipe Lima da. Machado de Assis e a eloquência oitocentista: ascensão e declínio do “império retórico”.

HUGO, Victor. Prefácio [ao Cromwell] In: SOUZA, Roberto Acízelo. (Org.). *Uma ideia moderna de literatura: textos seminais para os estudos literários (1688-1922)*. Chapecó: Argos, 2011, p. 364-377.

LAUSBERG, Heinrich. *Elementos de retórica literária*. Lisboa: Fundação Calouste Glubenkian, 1982.

LEUPIN, Alexandre. *Fiction et incarnation*. Littérature et théologie au Moyen Âge. Paris: Flammarion, 1993.

LIMA, Luiz Costa. Da existência precária: o sistema intelectual no Brasil. In: *Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981, p. 3-29.

LIMA, Luiz Costa. A crítica literária na cultura brasileira do século XIX. In: _____. *Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981, p. 30-56.

MARTINS, Eduardo Vieira. *A fonte subterrânea: José de Alencar e a retórica oitocentista*. Londrina: Eduel, 2005.

ROCHA, João Cezar de Castro. *Machado de Assis: por uma poética da emulação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

SOUZA, Roberto Acízelo. *O império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ; EdUFF, 1999.

TÁCITO. *Diálogo dos oradores*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

TEIXEIRA, Ivan. Machado de Assis & o costume retórico dos caracteres. *Revista Ieb*, São Paulo, n. 51, set/mar., p. 67-148, 2010.

TODOROV, Tzvetan. Esplendor e miséria da retórica. In: _____. *Teorias do símbolo*. São Paulo: Editora Unesp, 2006, p. 81-114.

VILLAÇA, Alcides. “Janjão e Maquiavel: a Teoria do Medalhão”. In: GUIDIN, Lígia Márcia; GRANJA, Lúcia; RICIEI, Francine Weiss (Orgs.). *Machado de Assis: ensaios da crítica contemporânea*. São Paulo: UNESP, 2008.